

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 234
Período: 18/11/06 a 24/11/06
Franca – Brasil

- 1- Sobre a crise aérea
- 2- Reforço para FAB é cogitado pelo governo
- 3- Ministro da Defesa desgastado no governo e sem apoio dos militares
- 4- Casa Civil declara que controladores de voo serão militares
- 5-Caso Ustra: Generais da reserva se posicionam a favor do acusado
- 6-Forças Armadas realizam operação conjunta na fronteira

1- Sobre a crise aérea

O *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* informaram que o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, ordenou um levantamento completo das frequências de rádio em todo o país e não apenas da rota Brasília-Manaus, onde ocorreu a colisão entre o Boeing da empresa Gol e o jato executivo Legacy. A apuração deve ser realizada pelo Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV) da Força. A decisão é resultado do relatório preliminar sobre as causas do maior acidente aéreo da aviação civil nacional, o qual suspeita da existência de um “buraco negro” na região amazônica – onde se deu o choque – que afetaria não apenas as comunicações de rádio, mas também a cobertura de radar. Apesar do documento não ser conclusivo, não apontar culpados e não trazer grandes revelações sobre o acidente, ele sugere indicações valiosas para a adoção de procedimentos que melhorem a segurança de voo, como a solução das dificuldades dos operadores com a língua inglesa e das suas condições de trabalho. Em reunião de um grupo de trabalho governamental, o ministro da Defesa, Waldir Pires, declarou que pretende passar o controle do tráfego aéreo – sob a responsabilidade da Aeronáutica – para um órgão público civil, embora saliente que a defesa do espaço aéreo brasileiro permaneça nas mãos dos militares. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Pires defendeu os controladores de tráfego aéreo que são alvo de Inquérito Policial Militar (IPM) por atuação sindical – vedada aos militares – e aconselhou a categoria a “ser forte” e a “resistir”. Para Pires, os controladores que se sentirem fisicamente cansados não devem trabalhar. Tal posição vai contra o Comando da Aeronáutica que obteve aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para endurecer contra a operação-padrão no setor. Além do processo administrativo interno que resultou no IPM, os controladores chegaram a ser aquartelados e licenças médicas foram negadas. Indagado se a Associação Brasileira de Controladores de Tráfego aéreo (ABCTA) atuou como sindicato, Pires afirmou que não. Para ele, foi o sindicato – que representa a pequena fração de controladores civis – que exerceu papel reivindicatório. De acordo com Pires, os controladores militares não fizeram reivindicações, “foram cuidadosos e falaram sempre em aspirações”. O Ministro foi um dos primeiros aliados dos operadores ao estourar a crise: falou com o sargento Wellington Rodrigues, presidente da ABCTA e alvo do IPM, e em seguida declarou publicamente sua solidariedade às dificuldades da categoria. Segundo o

Estado de S. Paulo, Pires pedirá ainda um relatório ao Comando da Aeronáutica das denúncias publicadas pelo programa de Televisão, Fantástico, sobre três “quase acidentes aéreos” ocorridos este ano. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a crise aérea e os atrasos nos vôos também levaram as companhias aéreas e o governo a fecharem um acordo, no qual as empresas se comprometem a informar imediatamente as autoridades sobre problemas nos vôos que possam causar atrasos e essas informações são enviadas ao gabinete de crise, mantido pela Aeronáutica e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que as repassa aos centros de controle de tráfego, aos funcionários da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e aos balcões de check-in dos aeroportos, que atendem diretamente o público. (Jornal do Brasil – Brasil – 18/11/06; Folha de São Paulo – Cotidiano – 18/11/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/11/06; O Estado de São Paulo – Metrópole – 18/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/11/06; O Estado de São Paulo – Metrópole – 21/11/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/11/06; Folha de São Paulo – Cotidiano – 21/11/06).

2- Reforço para FAB é cogitado pelo governo

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a abertura de um novo plano de compra de jato supersônico de combate para a Força Aérea Brasileira (FAB). Nos próximos dois anos serão tomadas as decisões sobre o processo e cogita-se a formação de novos grupos de defesa aérea: um no Norte e outro no Nordeste, para onde seriam mandados 12 Mirage 2000C comprados na França e os F-5M atualizados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e pela empresa Elbit, de Israel. O Presidente da República também anunciou que os estudos sobre um novo caça de alta tecnologia foram retomados. Espera-se que os novos caças sejam entregues a partir de 2011, para isso, a empresa deve ser escolhida até 2009. *O Estado* também afirmou que os custos da operação são elevados: US\$ 1 bilhão caso o projeto escolhido seja o Rafale, francês, e US\$ 1.6 bilhão no caso do Typhoon, caça construído por consórcio entre Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Espanha. O projeto russo Sukhoi-35 também está concorrendo. A questão de transferência de tecnologia não foi mencionada. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/11/06).

3- Ministro da Defesa desgastado no governo e sem apoio dos militares

O jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou que o Ministro da Defesa, Waldir Pires, está desgastado no governo e na esfera militar, principalmente devido à crise aérea, o que pode significar seu remanejamento, por meio de uma possível reforma ministerial. Segundo fontes civis e militares entrevistadas pelo *Estado de S. Paulo*, o adensamento da crise aérea e a incompatibilidade de Pires com os comandantes militares subordinados a ele foram apontadas como agravantes. O jornal ainda afirma que Pires foi lento na tomada de medidas que evitassem o chamado “apagão aéreo”, além de insistir que o controle do tráfego aéreo ficasse em mãos de civis, o que acendeu o descontentamento de oficiais da alta patente, que crêem que a idéia reflete a postura esquerdista do Ministro da Defesa durante sua gestão. Opina-se que Pires voltaria para a Corregedoria Geral da União, onde alcançou prestígio antes de assumir o comando

do Ministério da Defesa, e que este ministério seria destinado a um político a gosto dos militares. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/11/06).

4- Casa Civil declara que controladores de vôo serão militares

Segundo divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, declarou que os controladores de vôo, que atuam no Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Dacta), serão exclusivamente militares. A posição de Dilma é a de criar uma carreira para controladores de vôo da Aeronáutica, defendida também pelo comando Força Aérea Brasileira (FAB). Os civis controlarão os vôos apenas nas torres dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), mas o concurso – aprovado pelo governo – para admitir controladores civis será mantido, visto que há uma carência de profissionais na área. De acordo com a Casa Civil, caso o controle civil fosse ampliado, o governo ficaria como refém dos sindicatos e haveria o risco de greves no setor. Apesar das declarações da Casa Civil e do descontentamento dos militares, o Ministro da Defesa, Waldir Pires, continua defendendo o controle nas mãos dos civis. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/11/06).

5-Caso Ustra: Generais da reserva se posicionam a favor do acusado

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o general Alberto Brilhante Ustra, acusado de tortura por uma família, conforme vem relatando o *Informe Brasil*, obteve o apoio de 200 oficiais da reserva, todos de alta patente e entre estes 70 generais. Ustra é o primeiro oficial a ser processado por comandar ações de tortura durante o período militar, pois até então os oficiais que cometeram excessos durante a ditadura eram protegidos pela lei da Anistia. Em discurso, o acusado diz que está sendo processado por um crime que não cometeu e critica o sistema que, segundo ele, em breve anulará a lei de Anistia para punir aqueles que lutaram pela pátria e pela manutenção da democracia, enquanto bandidos dos mais variados tipos permanecem sem punição. (O Estado de S. Paulo – nacional – 22/11/06).

6-Forças Armadas realizam operação conjunta na fronteira

Conforme informado por *O Estado de S. Paulo*, na última quarta-feira (22) teve início a Operação Jauru 3, montada para fiscalizar 1290 km da faixa fronteira Brasil- Paraguai, coibindo o tráfico de drogas, o contrabando de armas, crimes ambientais e evasão de divisas. A operação que é realizada em conjunto com a polícia paraguaia conta com a mobilização de 3.500 homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e com patrulhas formadas pelas polícias Federal, Militar e Civil, recebendo os mesmos moldes das duas operações anteriores. O encerramento da operação está previsto para o dia 28 de Novembro, conforme expôs o tenente-coronel Paulo Lizardo Valentim de Mattos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/11/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/11/06).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq) e Maíra Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).